



----- ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE ABRIL DE 2010 -----

----- ACTA NÚMERO OITO / DOIS MIL E DEZ -----

----- Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e Vereadores Engenheiro Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob, em substituição do Doutor Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira, Ricardo Lino Rodrigues, Doutora Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Fernando Gabriel Dias Curto, em substituição da Doutora Anabela Damásio Caetano Pedroso, Professora Doutora Luísa Maria Gentil Ferreira Carrilho, Engenheiro António Ricardo Henriques da Costa Barros, Ricardo Júlio de Jesus Pinho e Engenheiro Amílcar José da Silva Campos.-----

----- Faltou a Senhora Vereadora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues Oliveira, tendo a Câmara considerado justificada a respectiva falta. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às catorze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. - -----

2 – PROPOSTA Nº. 397/10 - RELATÓRIO E CONTA 2009 – SMAS: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito das actividades desenvolvidas pelos SMAS, durante o ano transacto, foi elaborado o respectivo Relatório e Conta de dois mil e nove. -----

----- O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião extraordinária de trinta e um de Março de dois mil e dez, aprovou, por unanimidade, os respectivos documentos.-----

-----Nessa medida, para os efeitos tidos por convenientes, submete-se à apreciação da Câmara Municipal o mencionado Relatório, devendo o mesmo ser remetido posteriormente à Assembleia Municipal de Oeiras.” -----

-----II - No uso da palavra, o **Senhor Presidente** referiu que se há alguma avaliação a fazer relativamente à Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados, tem essencialmente a ver com o facto destes disporem de uma situação financeira estável, que lhes permite suportar o investimento que é necessário fazer, sendo certo que, de uma forma geral e embora tenha havido, gradualmente, um esforço no sentido da renovação das redes, seja de água, seja de esgotos, seja do aumento da capacidade da reserva estratégica de água, área em que vai ter que continuar a investir, mesmo assim já dispõe de uma das maiores reservas estratégicas de água em Portugal; é indiscutível que a operacionalização de procedimentos no que respeita a concursos públicos tem que ser ainda aperfeiçoada, aliás, os Senhores Vereadores que vêm do mandato anterior sabem que até dois mil e cinco noventa por cento das obras dos SMAS eram feitas por ajuste directo e praticamente não havia um único concurso público. Actualmente são dezenas os concursos públicos que estão a decorrer. O certo é que se na Câmara têm consciência que demoram muito tempo, nos Serviços Municipalizados demoram um pouco mais e isso tem a ver com a adaptação dos próprios serviços ao concurso público. -----

-----Julga que podia ter sido realizado um pouco mais em termos de investimento, mas está certo que pelos concursos que estão a decorrer, em dois mil e dez vai aumentar substancialmente o investimento que os Serviços Municipalizados estão a fazer. -----

-----De todo o modo, é bom lembrar aspectos extraordinariamente positivos, em termos nacionais. Os Serviços Municipalizados têm uma capacidade de cobertura de cem por cento, quer na água, quer nos esgotos, está com um nível de perdas na ordem dos dezanove por cento, só sendo possível ter uma noção desse valor ao longo de cinco ou seis anos, pois se se conseguir situar entre os dezassete e os vinte por cento, significa que do ponto de vista estrutural esse nível



de perdas está consolidado.-----

----- Acha que não é muito fácil reduzir ainda mais as perdas, mas pensa que o objectivo seria até ao fim deste mandato poder chegar aos dezassete. Não é fácil, nem depende apenas da capacidade de investimento dos SMAS.-----

----- Está prevista a remodelação de redes da zona antiga de Algés de Cima, investimento na ordem dos três milhões de euros e, naturalmente que aí, quando esse trabalho estiver todo feito, pode traduzir-se num contributo importante, em termos de redução de perdas, porque nessas áreas mais antigas, por vezes, é onde há mais rebentamentos de condutas e até fugas de águas que não são perceptíveis, podendo haver uma rotura numa conduta e água passar para o esgoto ao lado, ou para uma canalização desactivada, ou qualquer coisa o género.-----

----- De resto, pensa que aquilo que transparece é a boa gestão dos Serviços Municipalizados, com um equilíbrio financeiro extraordinário, lembrando que nos últimos cinco anos seguidos tem havido transferências de dez milhões de euros para os Municípios de Oeiras e Amadora, o que traduz bem a situação financeira dos Serviços Municipalizados.-----

----- Continuando, disse que há um esforço de modernização extraordinário nos Serviços Municipalizados, de inovação, de introdução de técnicas e tecnologia avançadas, estando a procurar dar os primeiros passos ao nível dos contadores inteligentes, experiência que irá ser feita brevemente.-----

----- Intervindo, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** questionou se as perdas dizem apenas respeito às efectivas, isto é, a água que se perde ao longo da rede, ou se são perdas contabilísticas também, que envolvem cobranças não efectuadas pelas mais diversas razões, ou créditos mal parados, ou outra situação qualquer, uma vez que constitui um montante significativo de uma determinada entidade que não tem pago a água em anos anteriores e que a Câmara tem encontrado um esquema para não cobrar esse montante.-----

----- Prosseguindo, disse que a sua segunda questão prende-se com uma referência que

está no relatório de auditoria que conclui que os SMAS continuam sem o registo de titularidade do seu património, pelo que gostava de saber em que pé é que está a inventariação.-----

-----Em relação ao aumento da dívida de um milhão e quinhentos mil euros, o **Senhor Vereador Fernando Curto** questionou a que clientes se reportava concretamente.-----

-----Usando da palavra, o **doutor Nuno Campilho** disse que em relação à questão dos concursos públicos, já não é a primeira vez que apresenta este argumento, porque ele é válido, mas tem a ver com um processo já em curso há dois anos e meio, que é a Central Elevatória da Fonte dos Passarinhos, no Concelho da Amadora, alvo de um processo de fiscalização do Tribunal de Contas, que não visou a obra que foi apresentada e teve que se reabrir o concurso, encontrando-se o mesmo a decorrer. Trata-se de um montante considerável, três milhões de euros de investimento e que tem vindo, sucessivamente, a provocar uma baixa taxa de execução, uma vez que só esse montante contribui em larga medida para a baixa taxa de execução efectiva no Orçamento dos SMAS.-----

-----Conforme se pode verificar nas contas, a taxa de execução do pago não chega a trinta e nove por cento, acrescentando que há várias maneiras de ver a taxa de execução, podendo ser vista pelo pago, pelo facturado, pelo cabimentado e pelo orçamentado. -----

-----Em termos de apreciação das contas, o valor cabimentado é importante, sendo sempre vinte a trinta por cento superior ao valor pago, porque os SMAS pagam a sessenta dias e a partir de Novembro não há mais facturação e, portanto, é menos execução que existe. -----

-----Normalmente, em Janeiro, Fevereiro do ano seguinte, a taxa de execução dispara perto de trinta por cento. -----

-----Os concursos públicos têm sido uma realidade conforme já foi explicado. A demora deve-se ao facto dos serviços não estarem devidamente adaptados a esse procedimento e depois há o constrangimento legal existente pelo facto dos Serviços Municipalizados integrarem a personalidade jurídica do Município de Oeiras, terem que ver aprovados os seus concursos pela



Câmara Municipal e outros procedimentos pela Assembleia Municipal, o que atrasa a realização do próprio contrato que também é subscrito na Câmara Municipal,volvendo o **Senhor Presidente** que isso é irrelevante. Há coisas que ficam em acta que lhe fazem lembrar o caso da Parques Tejo que também dizia que os prazos não avançavam por causa do contrato do direito de superfície, sendo preciso lembrar que, na realidade, os concursos públicos nos Serviços Municipalizados estão a melhorar um pouco, mas chegavam a estar três, quatro meses, sem ter evolução nenhuma, devido à falta de experiência nessa matéria. -----

----- No mandato de dois mil e três, ou de dois mil e cinco, não pode precisar ao momento, os Serviços Municipalizados lançaram quatrocentos e sete ajustes directos e apenas dois concursos públicos e uma preocupação do Conselho de Administração tem sido lançar como prática habitual o concurso público, porque, de facto, não era a prática, pois tem concursos públicos que entre o momento em que se iniciaram e o momento da adjudicação demoraram dois anos, o que não é concebível.-----

----- Portanto, não é pelo facto de vir à Câmara, porque sempre veio, apesar de já se ter tentado que não viesse, mas não vale a pena, tem que vir e à Assembleia Municipal só vai a Conta de Gerência, o Relatório de Actividades e Orçamento, porque o resto só vem à Câmara apenas e a Câmara é uma questão de quinze dias.-----

----- Sobre o assunto e por ser uma questão crítica, discutida amiúde na reunião de Câmara e também a propósito das contas, o **doutor Nuno Campilho**, como nota exemplificativa desse esforço, disse que os SMAS lançaram em Dezembro dois concursos públicos que foram finalizados (no que diz respeito aos SMAS) no passado mês de Março. -----

----- Os Serviços Municipalizados estão a fazer um levantamento escalonado dos concursos lançados o ano passado, também para se aperceberem internamente onde é que ele está a demorar mais tempo para poderem atacar aí e tentar melhorar e, se o Senhor Presidente assim o entender, poderá trazer esse documento para informar a Câmara. -----

-----Em seguida, chamou a atenção para o facto do texto introdutório ao Relatório e Conta em discussão ser um texto que lido dá para perceber todo o seu conteúdo, ou seja, foi feito um esforço adicional no resumo e na síntese de todo o documento para que pudesse ter uma apreciação mais célere.-----

-----Sem prejuízo do facto de se ter iniciado o ano passado o pagamento do protocolo de exploração do sistema de descargas e recolha de águas residuais com a Simtejo, no que diz respeito à Baixa de Algés e com o acréscimo da taxa de recursos hídricos e também com alguma ineficiência relacionada com a dívida dos clientes, destacou que os SMAS, ainda assim, conseguiram acabar o ano com um resultado líquido de cerca de treze milhões e setecentos mil euros que é superior ao do ano passado em duzentos e cinquenta mil euros, significando que houve racionalização na gestão e que se conseguiu manter os níveis de eficácia que existiam no ano de dois mil e oito.-----

-----No que diz respeito às perdas, esse era um tema que iria abordar, agradecendo ao Senhor Vereador Amílcar Campos ter colocado essa questão.-----

-----Na apresentação das Grandes Opções do Plano para dois mil e dez, assumiu que os SMAS estariam na eminência de ter um valor de dezoito por cento. Não foi dezoito, foi dezanove por cento, mas é importante perceber que esse número está consolidado há cerca de quatro anos, desde que se conseguiu chegar ao valor de vinte e dois por cento, tendo vindo a descer sucessivamente e, este ano, está nos dezanove, tratando-se de perdas totais.-----

-----Não é contabilizada a não facturação por dívida, porque isso não conta para as perdas. O que conta para as perdas é as perdas reais existentes na rede e são as perdas aparentes relacionadas com problemas de contagem, leitura e facturação, ou seja, ineficiências do próprio sistema.-----

-----Numa apreciação feita de forma simplista há cerca de três anos, calculou-se que de vinte por cento se teria nove por cento de perdas aparentes e onze por cento de perdas reais.-----



----- A aposta dos SMAS nesse sector para o ano de dois mil e dez é conseguir fazer uma separação entre perdas aparentes e perdas reais.-----

----- Ainda assim, os SMAS consideram estar no topo do que são sistemas de abastecimento de água no País com esse nível de perdas.-----

----- Os Serviços Municipalizados nunca assumiram uma distinção entre as perdas reais e as aparentes para não criar “ruído” na apreciação dos números, tendo falado sempre em perdas totais.-----

----- No que diz respeito à questão do património, informou estar em curso um levantamento patrimonial, o que não é fácil de fazer tendo em conta que se está, sobretudo, a falar de património enterrado em dois municípios, com uma área de setenta quilómetros quadrados e três mil quilómetros de rede, contando com água e saneamento. É muita rede, é muito património que tem vindo a ser levantado a dois níveis, começando por ser em cadastro tradicional e, neste momento, já com a implementação do SIG há cerca de dez anos, tem estado a ser feito todo o levantamento da rede, pelo que será possível conseguir alcançar esse desiderato com maior brevidade.-----

----- A propósito da referência feita pelo Senhor Vereador Amílcar Campos à questão do património que vem na certificação de contas, chamou a atenção para um ponto que tinha sido apontado nos dois relatórios anteriores, que tinha a ver com o equilíbrio das contas, onde, a determinada altura, diz “... a reconciliação, a um nível global, entre os registos contabilísticos...”, salientando que eram questões que nos anos anteriores referiam sempre que não era possível fazer essa reconciliação de contas a nível do registo contabilístico. É um passo significativo e importante que os SMAS deram na conclusão das suas contas.-----

----- A dívida de clientes é um panorama não muito feliz, mas não é simples de resolver. Efectivamente, os Serviços Municipalizados têm clientes que não pagam a conta da água, situação que têm vindo a tentar esbater através do alargamento do prazo de pagamento nos

SMAS, que tem resultado, mas o dinheiro recuperado ainda não é significativo. Todo o restante prazo que é estipulado transita para o Serviço de Execuções Fiscais das respectivas Câmaras Municipais. -----

-----O sistema adoptado de recuperação desse crédito tem sido bem sucedido, esperando que a longo prazo essa verba recuperada seja significativa, mas é inevitável que todos os anos se acumule mais um montante considerável de dívida de clientes que não cumprem com as suas obrigações. A esse nível, os Serviços Municipalizados têm apostado nos cortes e, portanto, têm tentado, cada vez mais, tornar o corte efectivo, porque só com essa política é que os clientes devedores perceberão que se não pagarem ficam mesmo sem água, mas não é fácil fazê-lo com cem por cento de eficácia, pelo que têm procurado aumentar a eficácia e a eficiência dos seus recursos nessa matéria, colaborando também com entidades externas. -----

-----Os SMAS vão entrar agora num processo novo de leituras, o que lhes permitirá obter uma maior eficácia na leitura e também na facturação, tentando diminuir o que é a facturação por estimativa o que levará, em última análise, a um melhor enquadramento e rapidez na apresentação das respectivas contas. -----

-----Continuando, disse que gostaria que ficasse em acta o seu apreço pelos SMAS, por aquilo que conquistou, não só no ano de dois mil e nove, como também nos anos anteriores, destacando três prémios que os SMAS receberam no ano de dois mil e nove: um prémio de excelência em comunicação pelo seu boletim interno; um estudo efectuado pela Deco/Proteste que indica os SMAS entre todas as entidades prestadoras de serviços primários, em relação à água, como a que presta melhor qualidade de serviço e a publicação no anuário financeiro dos municípios portugueses de dois mil e sete, que destaca os SMAS como o melhor serviço municipalizado do País. -----

-----Também viram realizada, não só a sua acreditação no Laboratório de Análises que é importantíssimo em relação à qualidade da água, como também o prémio nacional das boas



práticas na administração local, pela área da formação, pelo Programa Novas Oportunidades e também a renovação da sua certificação de formação, sendo a entidade acreditada para a área de formação pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.-----

----- Concluiu que tudo o que referiu é significativo, achando que Oeiras e Amadora se devem orgulhar dos Serviços Municipalizados que têm, mas obviamente que é “juiz em causa própria”. -- -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse que, em anterior Assembleia Municipal, aquando da aprovação das Opções Gestonárias dos SMAS, o grupo da CDU fez um pedido de esclarecimento sobre a existência de funcionários nos SMAS que auferiam um valor inferior ao do salário mínimo nacional. Não sabe se o doutor Nuno Campilho poderá dar agora uma resposta, mas seria importante que os SMAS esclarecessem e que ficasse em acta, porque, pessoalmente, desconhecia e aquilo que disse na altura foi precisamente isso.-----

----- No uso da palavra, o **doutor Nuno Campilho** respondeu que os SMAS já responderam formalmente, enviando o documento para a Assembleia Municipal, não querendo estar a falar sobre isso, porque não sabe de cor o conteúdo do documento, mas se o Senhor Vice-Presidente entender dar conhecimento à Câmara, tem possibilidade de remeter o documento. ----

----- III – A Câmara, por maioria, com abstenção do Senhor Vereador Amílcar Campos, deliberou aprovar o proposto. -----

----- IV - O **Senhor Vereador Amílcar Campos** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Em jeito de justificação da minha abstenção, declaração de voto, começava por agradecer o esclarecimento que foi prestado pelo Senhor Administrador. -----

----- Gostava de salientar o serviço prestado pelos SMAS, quer o serviço público, quer a qualidade, por mais uma vez verificar que continuam ainda com potencial e com condições para continuarem a melhorar esta prestação.-----

----- Queria sublinhá-lo por ocasião da apreciação destes documentos e é importante fazê-

lo sempre. - -----

-----Queria sublinhar também a qualidade do documento que nos foi presente para apreciação, porque é um livro aberto. Portanto, traz as coisas como nós gostaríamos de as ler, ajuda-nos a perceber e, aí, eu fico satisfeito, porque de algum modo, integro uma força política que foi apresentando algumas reclamações por alguns aspectos que deveriam ser tratados, ou melhor tratados e, no fundo, cada ano, as coisas têm sido melhor que no ano anterior e eu creio que, neste momento, esta apresentação como está, está na forma, digamos, “desengordurada”, está impecável. -----

-----Esta palavra de apreço significa o reconhecimento pelo trabalho de uma organização, por uma administração dum colectivo de trabalhadores que contribuem para que se atinjam estes resultados.- -----

-----Este é o preâmbulo da minha declaração de voto, sincero e a que dou um valor muito grande.----- -----

-----Naturalmente que me abstenho tendo em atenção também comentários e a posição que assumi aquando da discussão das GOP para dois mil e nove e que radicam, fundamentalmente, na discrepância entre o valor do produto vendido e o valor do tal facturado. O negócio é água, o valor da água, nestas contas, está quarenta e seis por cento do valor global facturado, o que significa que aquilo a que nós chamamos as “alcavalas” representam os outros cinquenta e quatro por cento, isto é, a água representa vinte e cinco milhões e as “alcavalas” representam trinta do total facturado. -----

-----Isso é um aspecto que nós consideramos negativo.-----

-----Gostava de referir que a quota de disponibilidade dos serviços, que veio substituir a taxa de aluguer de contadores, rendeu mais de oito milhões de euros, o que é um valor muito significativo e muito superior àquele que era cobrado quando se estava a falar do aluguer dos contadores. Quase que apetece dizer: “voltem aluguer dos contadores que estão perdoados”, quer



dizer, quando era por essa via, o valor facturado era inferior. -----

----- Queria sublinhar aqui outro aspecto que se prende com a compra da água. O valor da água, comprada pelos SMAS, foram vinte e nove milhões de metros cúbicos e foi comprado por catorze vírgula zero noventa e cinco milhões de euros. -----

----- Ora, desses vinte e nove milhões de água comprada, foram vendidos vinte e três milhões, mas foram vendidos esses vinte e três milhões por vinte e cinco milhões e seiscentos mil euros. Portanto, é um grande negócio. Era isto que eu queria sublinhar. -----

----- Vejo nestes dois aspectos, particularmente, nestes dois aspectos, o impedimento de poder votar a favor, portanto, abstenho-me por esta razão”. -----

----- V - Intervindo, o **Senhor Presidente** disse ser obrigado a fazer uma nota que faz há vinte anos, que é o de que o argumento da CDU é sempre o mesmo. -----

----- Em relação ao preço da água, realmente, os Serviços Municipalizados são água e saneamento, não se podendo olhar para a água isoladamente porque, curiosamente, apesar dos números que o Senhor Vereador referiu, a água dá prejuízo. Onde os SMAS têm lucro é no saneamento, nem é na água. -----

----- O problema que se coloca é que a água dá prejuízo e não se pode olhar para a questão da compra e da venda da água, porque há todo um conjunto de despesas de infra-estruturas, desde as redes onde são precisos quilómetros de canalizações, são precisos reservatórios para ter a água, são precisos laboratórios para verificar a sua qualidade, é preciso fazer o seu tratamento, etc., portanto, há aí alguma dose de demagogia ao referir-se que o preço da água é comprado a x e, afinal, é vendido a y. -----

----- Este ano, o preço da água nem foi aumentado, mas é preciso que se saiba que, ao contrário daquilo que se diz, até dá prejuízo e, como é sabido, o seu preço nos próximos anos vai ter que aumentar e muito, sendo essa a realidade que se impõe, até por questões de coesão, porque a uniformização do preço da água vai conduzir a que haja aumentos, uma vez que em

Portugal ainda há grandes disparidades, havendo determinadas zonas do País onde a água não tem o preço real, porque os autarcas não querem aumentar o preço da água por acharem que isso vai sancionar muito os seus munícipes. -----

-----A verdade é que é muito mais difícil ser funcionário público em Oeiras do que em Bragança.-- -----

-----Não podia deixar de fazer esta declaração, porque o Senhor Vereador Amílcar Campos faz sempre a mesma, aliás, não é só ele; o representante da CDU na Assembleia Municipal não deixará de o fazer também.-----

-----Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

3 – PROPOSTA Nº. 427/10 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Dando cumprimento ao determinado no número um, do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número dois, de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, em conjugação com o disposto na alínea j), do artigo sexagésimo oitavo, da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro, apresentam-se ao Órgão Executivo para aprovação os documentos de prestação de contas da Autarquia relativos ao ano de dois mil e nove, nos termos do número dois, das Considerações Técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas. -----

-----Nas demonstrações financeiras vão devidamente evidenciadas as verbas arrecadadas, as despesas realizadas e o resultado que transitou.-----



----- Os documentos de prestação de contas elencados na Resolução número quatro, de dois mil e um - Segunda Secção do Tribunal de Contas, foram todos elaborados e são presentes à reunião encontrando-se devidamente arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- Os que não foram possíveis de completar integralmente encontram-se explicados os motivos nos justificativos dos anexos às demonstrações financeiras referidas no ponto oito.-----

----- Propõe-se o envio ao Órgão Deliberativo, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro.” ----

----- II - Relativamente à Gerência da Câmara, o **Senhor Presidente** disse querer dar algumas notas. -----

----- Nunca discute os números que estão no documento porque eles são, com certeza, aquilo que resultou da execução das diversas rubricas orçamentais, considerando que o documento está tecnicamente bem elaborado e, neste momento, há a certificação de contas.-----

----- A doutora Maria Emília Xavier tinha-lhe dito que as contas de dois mil e nove já viriam acompanhadas do relatório do auditor, mas não foi possível por se ter fechado a conta, no entanto, está agendado o relatório referente a dois mil e oito. Essa situação tem a ver com a prática recente da certificação de contas, pensando ser possível que nas contas de dois mil e dez já possa vir o relatório. -----

----- Usando da palavra, a **doutora Maria Emília Xavier** disse que já anexou à proposta de deliberação a justificação por escrito do próprio ROC a dizer exactamente o que se passa. ----

----- Prosseguindo, o **Senhor Presidente** referiu que em relação à realização orçamental, em termos comparativos, de dois mil e seis a dois mil e nove, verifica-se que o orçamento de dois mil e nove é muito próximo do de dois mil e seis. O orçamento inicial era de cento e oitenta e cinco milhões e o orçamento final foi de cento e oitenta e nove milhões. A execução foi de cento e vinte e nove milhões setecentos e oitenta e oito mil euros. -----

-----Relativamente à receita, disse ter atingido proporções significativas. Efectivamente, tem vindo a diminuir, ou seja, a crise começa-se a notar, embora tenha ouvido o Senhor Ministro das Finanças dar uma boa notícia na TSF, hoje de manhã, quando disse que o IVA terá subido oito por cento nos primeiros três meses e isso é um bom sinal.-----

-----O orçamento previsto, ao nível da receita corrente, era de cento e doze milhões de euros e foram realizados oitenta e sete milhões, exactamente o contrário do que aconteceu em anos anteriores. Em dois mil e seis o orçamento era de cento e nove milhões de euros e a execução foi de cento e seis milhões, uma diferença de apenas três milhões; em dois mil e sete, era de cento e oito milhões de euros e foram realizados cento e dezoito milhões, mais dez milhões de euros; em dois mil e oito, era de cento e dezassete milhões de euros e foram realizados cento e dezassete milhões, enquanto que em dois mil e nove, eram cento e vinte e nove milhões de euros e a receita foi de cento e vinte e cinco milhões, ou seja, menos quatro milhões. --- -----

-----A previsão para a despesa corrente era de cento e doze milhões de euros e foram realizados oitenta e sete milhões, o que significa que o ano de dois mil e nove ainda veio a beneficiar com essa diferença de execução na despesa corrente relativamente à receita corrente, que foi financiar a despesa de capital. -----

-----Quanto à receita e à despesa de capital, a receita teve uma taxa de execução muito baixa, quatro milhões duzentos e quinze mil euros, mas isso já era esperado, e a execução, numa previsão de setenta e seis milhões de euros, foram realizados quarenta e dois milhões. -----

-----Em dois mil e nove, a receita foi de cento e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil euros e a despesa foi de cento e vinte e nove milhões de euros, onde estão incluídos oitenta e três milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil euros referentes à execução das GOP.-----

-----O orçamento de dois mil e nove, comparativamente com o de dois mil e oito, tinha um acréscimo de três vírgula oito por cento e, em relação à execução, comparada com dois mil e



oito, registaram-se os seguintes valores: ao nível da receita, houve um decréscimo - em dois mil e oito, no valor de cento e trinta e nove milhões quatrocentos e vinte e um mil euros e em dois mil e nove, de cento e trinta e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil euros, ou seja, menos cinco milhões do que em dois mil e oito, uma variação negativa em quatro por cento; ao nível da despesa, em dois mil e oito houve uma execução de cento e trinta e cinco milhões e em dois mil e nove, de cento e vinte e nove milhões, verificando-se também uma diminuição de cinco milhões e novecentos mil euros, que representa menos quatro vírgula três por cento.-----

----- Em relação às taxas de execução da receita e da despesa, a taxa total de realização, apesar do contexto, é uma das maiores do País. O problema é a tendência. A taxa de realização de receita total foi na ordem dos setenta vírgula sessenta e quatro por cento e ao nível da despesa foi de sessenta e oito e meio por cento o que, no contexto actual de crise, é muito bom. Aliás, já viu alguns relatórios de algumas câmaras da Área Metropolitana de Lisboa e não viu nenhuma com essa taxa de execução. Vinha ontem nos jornais que a Câmara de Lisboa teve sessenta e um, ou sessenta e dois por cento de realização, menos seis e meio por cento que a de Oeiras.-----

----- Quanto à evolução da receita e da despesa ao longo do ano, observou que o mês de Janeiro de dois mil e nove foi muito bom - dezoito milhões de euros, onde estão os catorze milhões de euros do IMT cobrados no Lagoas Park, havendo um certo equilíbrio ao longo do ano entre a despesa e a receita. De uma receita global de cento e trinta e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil euros, realizou-se uma despesa de cento e vinte e nove milhões setecentos e oitenta e oito mil euros. -----

----- Relativamente à evolução dos impostos, disse notar-se uma tendência decrescente, havendo casos de clara fuga aos impostos, detectados pela doutora Maria Emília Xavier já há dois ou três anos atrás. As Finanças estão a deixar prescrever milhões de euros. -----

----- Intervindo, a **doutora Maria Emília Xavier** disse que os chefes de divisão da Direcção-Geral acham que esses são impostos secundários pelo que, o que acontece é que eles

vão ficando para trás, prescrevem e quem fica prejudicado é o Município.-----

-----Outras situações têm a ver com o Imposto de Veículos onde, de uma amostragem feita, verifica-se que a fuga a esse imposto pode atingir os noventa e sete por cento. -----

-----Prosseguindo, o **Senhor Presidente** disse que preocupante é a prescrição de milhões de euros ao nível do IMI, porque no IMT não é possível fugir tanto uma vez que ele tem que ser pago e tem que ser feita prova desse pagamento no acto da escritura. -----

-----Ao nível do IMI, chamou a atenção para o facto da realização do mesmo ter sempre ultrapassado a previsão, pelo que em dois mil e seis estavam orçamentados vinte e dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil euros e foram realizados vinte e três milhões seiscentos e vinte e três mil euros, mais um milhão e duzentos mil euros; em dois mil e sete, vinte e um milhões e noventa e cinco mil euros para vinte e cinco milhões seiscentos e trinta e dois mil euros, isto é, mais quatro milhões; em dois mil e oito, vinte e quatro milhões quatrocentos e oitenta e oito e foram cobrados vinte e sete milhões trezentos e quarenta dois mil euros, quase mais três milhões de euros e em dois mil e nove, vinte e seis milhões setecentos e dezoito mil euros e foram cobrados vinte e seis milhões oitocentos e vinte e oito mil euros, ou seja, houve uma quebra relativamente ao ano anterior de cerca de quinhentos, seiscentos mil euros, mas em relação à previsão houve uma subida de cerca de cem mil euros.-----

-----Sobre o IMT, referiu que em dois mil e seis o orçamento era de vinte e dois milhões de euros e foram cobrados vinte e dois milhões cento e quarenta e cinco mil euros; em dois mil e sete, o orçamento era de vinte e dois milhões cento e vinte mil euros e a receita foi de vinte e nove milhões de euros, quase mais sete milhões; em dois mil e oito foi de vinte e cinco milhões e setenta e sete mil euros e foram cobrados vinte e cinco milhões trezentos e setenta mil euros, mais trezentos mil euros e em dois mil e nove, a previsão era de vinte e oito milhões trezentos e dez mil euros e foram cobrados vinte e oito milhões oitocentos e setenta e oito mil euros, mais quinhentos mil do que a previsão, julgando que em dois mil e dez se corre o risco de baixar



substancialmente esse imposto. -----

----- Doutra forma não se saberia, mas dada a dimensão da operação que já atrás referiu, dos catorze milhões de euros cobrados de IMT, sabe-se que é muito difícil, em dois mil e dez, vir a realizar um montante igual ao de dois mil e nove. -----

----- Sobre a Derrama, disse que, apesar da alteração do modo de liquidação em dois mil e cinco, baixou, obviamente, mas o reflexo só se sentiu a partir de dois mil e seis, porque se o cálculo é estatístico, se o valor era de vinte e quatro milhões de euros em dois mil e seis, é porque nos anos anteriores tinha ultrapassado esse montante, o que significa que só foram realizados dezanove milhões de euros.-----

----- Em dois mil e sete, estavam previstos dezanove milhões de euros, baixou mais uma vez para dezoito milhões setecentos e seis mil euros. -----

----- Em dois mil e oito, houve uma nova quebra para quinze milhões novecentos e quarenta e dois mil euros. -----

----- Em dois mil e nove, subiu para vinte milhões de euros, o que significa que o tecido empresarial tem alguma estabilidade. -----

----- Quanto ao Imposto de Circulação em dois mil e seis, foi de milhões trezentos e quarenta e oito mil euros, em dois mil e sete, quatro milhões setecentos e três mil euros, em dois mil e oito, cinco milhões oitocentos e sessenta e oito mil euros e em dois mil e nove, sete milhões cento e trinta e três mil euros e a previsão era de três milhões novecentos e vinte e quatro mil euros, sendo aqui que há uma fuga brutal, mas apesar de tudo tem vindo a subir e de dois mil e oito para dois mil e nove subiu um milhão e quatrocentos mil euros.-----

----- O orçamentado foi de quatro milhões oitocentos e noventa e um mil euros, sendo cobrado cinco milhões oitocentos e sessenta e oito mil euros. -----

----- Em dois mil e nove foi de três milhões novecentos e vinte e quatro mil euros e foram cobrados sete milhões cento e trinta e dois mil euros. -----

-----Referiu que a despesa total tem uma redução de sessenta e oito e meio por cento em que a despesa corrente se situa nos setenta e sete vírgula quatro por cento e a de capital nos cinquenta e cinco por cento, acrescentando que os mapas são elucidativos nessa matéria. -----

-----Relativamente à execução das GOP's e Relatório de Actividades, crê que todo este documento é elucidativo, no entanto, chamou a atenção para o facto de ser o relatório do último ano de um mandato, que em certa medida se pode olhar para aquilo que foi a actividade do mandato. --- -----

-----No âmbito da discussão do Orçamento e das GOP's para dois mil e dez, houve a oportunidade de fazer a apologia daquilo que foi feito ao longo dos quatro anos e pensa que não vale a pena repetir, mas foi um mandato que se caracterizou por intervenções e pela definição de algumas estratégias importantes, que salientavam as relativas ao programa “Habitar Oeiras”, com tudo o que lhe é inerente, com toda a programação relativa à habitação social e à intervenção nos núcleos antigos. -----

-----No programa de aquisição foram gastos quase doze milhões euros em edifícios nos núcleos antigos que agora têm que ser recuperados e que são destinados a habitação jovem. -----

-----O programa relativo à educação, quer ao nível dos equipamentos, quer das novas construções de ferramentas tecnológicas, designadamente, no âmbito do RISE, onde foi feita a renovação de todo o mobiliário nas trinta e sete escolas do primeiro ciclo do Concelho, para além, de toda uma série de equipamentos desportivos, culturais, sociais, foi também recuperado o Palácio do Egipto, o Palácio Anjos, o Complexo Carlos Queirós, a Residência Madre Maria Clara. Foram feitas intervenções em escolas, o plano estratégico na área do turismo, dos espaços verdes e da arborização do Concelho, o que quer dizer que houve uma série de planos e de iniciativas que foram lançadas, que de alguma forma vão ter repercussão neste mandato e, certamente, nos próximos. -----

-----Relativamente a dois mil e nove os números traduzem aquilo que são as prioridades



do Município.-----

----- No que respeita à receita global do Município as transferências do Estado representam catorze e meio por cento. -----

----- Importa realçar ainda, que o resultado da execução da receita e da despesa global se situou na realização de cento e setenta e oito por cento respectivamente, correspondendo a valores absolutos de cento e trinta e três milhões de euros, contra cento e vinte e nove sete milhões de euros na despesa, mantendo-se aquilo que tem sido tradição nos últimos anos, que é libertar parte significativa das receitas correntes com investimento, sendo que em dois mil e nove o montante foi de trinta e oito vírgula sete milhões de euros. -----

----- Ao nível do investimento em dois mil e nove, verifica-se que as funções sociais absorveram quarenta e seis vírgula cinco milhões de euros, seguidas das funções gerais com vinte vírgula sete milhões de euros, as funções económicas com onze vírgula sete e as outras funções, com quatro vírgula quatro milhões de euros, traduzindo estes resultados, de forma inequívoca, as opções do Município, colocando em evidência um forte investimento ao nível da educação, cultura e desporto, apoio social, habitação, ambiente, transportes e comunicações, comércio, ordenamento do território e requalificação urbana. -----

----- No que diz respeito a relatórios, observou que também gosta mais do Relatório dos SMAS, porque é um modelo mais simplificado, porque eles também só têm dois produtos que são a água e os esgotos, enquanto que o da Câmara é mais complicado porque tem uma complexidade de serviços. -----

----- Neste momento saiu da sala o **Senhor Presidente**.-----

----- De seguida interveio a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** dizendo que o Partido Socialista elogia mais uma vez o trabalho feito pela responsável da Direcção Municipal - doutora Maria Emília Xavier. -----

----- Referiu-se à página seis do documento, no que diz respeito ao posicionamento dos

diferentes partidos na Assembleia Municipal, pelo que gostaria de perceber o porquê de na página seis e no anterior mandato a “Educação e Protecção de Menores”, estar atribuída à Senhora Vereadora Elisabete Oliveira e na página oito esta área não estar atribuída a nenhum Vereador.-- -----

-----Continuando e fazendo referência à página cinquenta e cinco onde dia: “...o volume de formação garantido pela Câmara Municipal aos trabalhadores, voltou a situar-se em níveis muito elevados, concretizando vinte e nove mil quinhentas e trinta e sete horas, num total de cento e noventa e oito acções de formação que abrangeram mil trezentos e quinze formandos...”, questionou no sentido de saber se essas acções de formação, são feitas por formadores internos, ou formadores externos e se esses formandos que são integrados nessas acções, são dos quadros, ou se são formadores com diferentes funções na Câmara.-----

-----Debruçando-se sobre a página sessenta e cinco quando refere: “...um novo paradigma de desenvolvimento de Oeiras consiste na aposta do Município construir melhores escolas do País...”, fazendo citação de diferentes escolas onde está a ser feita intervenção segundo depreende do texto, ainda não foi concluída, daí que quando há uma semana veio à reunião um texto relativo a este assunto, ter questionado, quando se se fez referência que Oeiras era um bom Concelho, no sentido de que melhores escolas virão, não pode ser ainda apelidado de ter as melhores escolas, porque está numa situação muito gratificante, mas ainda está a ser desenvolvida e não concluída. -----

-----De seguida, remeteu para a página sessenta e sete do documento algumas questões, que são levantadas pelo Gabinete Municipal de Auditoria e que as lê com alguma preocupação, ilustrando algumas das dificuldades com que se vai debatendo, pensando que seria importante, que a Câmara Municipal se debruçasse sobre as dificuldades apontadas, nomeadamente, ao nível de recursos humanos que são muito limitados, não dispõem de qualquer apoio administrativo, disponibilização de viaturas, inexistência de mobiliário, etc.. -----



----- Questionou, como é que qualquer trabalhador se pode deslocar a qualquer serviço se nem sequer tem uma viatura. Do seu ponto de vista esta dinâmica é assustadora e preocupante, sendo que este é um Gabinete Municipal de Auditoria, a quem tem que ser atribuídas a satisfação das suas necessidades em termos de situações como as que vêm descritas no documento, caso contrário é muito difícil desenvolver as suas funções de forma adequada. -----

----- No que diz respeito à situação que vem ilustrada na página sessenta e nove e que diz respeito à revisão do PDM de Oeiras, gostaria de ser informada detalhadamente sobre essa situação. -- -----

----- Reportando-se às páginas setenta, setenta e um e setenta e dois que fazem referência ao GCAJ, tem um texto que lhe causa alguma inquietação, pela excessiva preocupação que vem descrita no texto: “... há um conceito diferente que implica o rompimento com papéis estabelecidos, rotação de tarefas, um sistema de controlo, implantação da direcção por objectivos, enriquecimento de tarefas...”, e ainda “...Preocupámo-nos em fazer com que as tarefas passassem a ser realizadas por pessoas diferentes das que as executavam apenas por uma questão de tradição ou hábito...”. -----

----- Acrescentou que não põe em causa que o GCAJ esteja a funcionar muito bem, mas parece-lhe estranho que funcionasse tão mal, para que haja essa rotura tão acentuada de papéis, parecendo-lhe preocupante o corte tão acintoso, embora o texto se refira a situações anteriores desenvolvidas por pares. -----

----- Prosseguindo, referiu-se à página oitenta do documento, que faz alusão ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, congratulando-se pelo mesmo quando diz: “... podemos afirmar que mais uma vez foram superados os objectivos propostos...”, pelo que gostaria de saber se foi efectuado um inquérito aos clientes externos, neste caso às Juntas de Freguesia para fundamentar esta afirmação, no que se refere à superação dos objectivos, que, assim sendo, as Juntas estão muito satisfeitas com o trabalho deste gabinete.-----

-----Inquiriu ainda, no sentido de saber se no que se refere às contas relativas aos Duzentos e Cinquenta Anos e uma vez que em Assembleia Municipal o Senhor Presidente se terá comprometido a apresentar no relatório as empresas que entravam nessa dinâmica, se é possível ser-lhe facultada essa informação, uma vez que nas páginas sessenta e sessenta e um não constam essas empresas.-----

-----Considerou que em futuras reuniões seria importante que a Câmara apresentasse alguma informação sobre a actividade do COMBUS e também sobre as contas em actividades de “Celebrar Oeiras” e também que fosse apresentado pelos participantes do grupo que funcionou a propósito deste evento, os custos, o porquê dos mesmos, isto à semelhança do que já tem sido feito por outras empresas.-----

-----Referiu, ainda, que considera da maior importância que algumas direcções pudessem apresentar ciclicamente a actividade que desenvolvem na Câmara, os seus projectos e o trabalho que têm desenvolvido em diferentes áreas, para que os Vereadores pudessem estar a par desse mesmo trabalho.-----

-----Para além dessas apresentações solicitou também que os Vereadores do PS, fossem convidados a visitar os serviços da Câmara, de modo a que se possam familiarizar com os mesmos. --- -----

-----Disse ainda que até tem pena de não poder aprovar este documento, mas face à situação da Auditoria efectuada às contas de dois mil e nove leu o seguinte “...uma vez que os esclarecimentos e informações sejam recepcionados, procederemos de imediato à sua análise, a qual poderá eventualmente ter um efeito significativo nas contas do Município, ou nos seus relatórios...”, concluindo que logo que tenha esta informação do ROC, está em crer que poderá votar favoravelmente este documento.-----

-----De forma a esclarecer todas estas questões o **Senhor Vice-Presidente** frisou que a Comissão de Protecção de Menores, está atribuída à Senhora Vereadora Elisabete Oliveira a



quem foi atribuída a área da Acção Social, que é quem gere todos os assuntos relacionados com essa Comissão, tanto no apoio logístico, como a funcionária que a Câmara dispõe a tempo inteiro para lá estar.-----

----- Quanto aos Centros Históricos eles nunca estiveram sob a alçada da Senhora Vereadora Elisabete Oliveira, estiveram consigo e com o ex-vereador Emanuel Martins.-----

----- No que tange às acções de formação a Câmara é a entidade certificada e, por essa razão pode dar formação, sendo essa uma área que também lhe está afectada, não estando desagregada na discriminação dos pelouros, ou das áreas de competências.-----

----- Anualmente há um plano de formação, que colhe contributos de todas as unidades orgânicas, no sentido de perceber quais as reais necessidades efectivas da Câmara. -----

----- Posteriormente, há uma adequação àquilo que é o Orçamento das verbas que serão afectas à própria formação, há também a preocupação de procurar financiamento ao nível dos vários programas, que podem comparticipar essa mesma formação.-----

----- Quanto às modalidades há várias, ou seja, aquela em que o funcionário ou trabalhador a vai adquirir a uma entidade fora da Câmara, como seja o INA, CEFA, ou outras, sendo esse custo suportado pela Câmara.-----

----- Quando essa formação pela dimensão do número de trabalhadores, até pelo próprio tema faz sentido que seja nas salas de formação da Câmara, aí são contratados os formadores a entidades certificadas, que poderá também ser o INA ou outras que estejam habilitadas para o efeito, embora com menos frequência também poderá acontecer que dentro da Câmara exista um funcionário, ou um dirigente, que tenha no seu universo de competências, capacidade para ministrar determinada formação, como por exemplo na Área da Segurança e Higiene no Trabalho. - -----

----- Na sua opinião todo o funcionário é um agente de formação, isto é, não pode limitar apenas àquelas horas e àquele funcionário em concreto, que vai às salas da Fundação, do INA, ou

outras entidades receber essa formação. Esse funcionário ao ter sido alvo de todos esses cursos e de todos esses módulos, tem a obrigação de ser agente de formação interna. -----

-----Esta é uma área onde a Câmara nos últimos anos tem investido muito. A Divisão de Formação foi autonomizada de modo a que tenha um peso efectivo e uma estratégia definida e autónoma da sua Direcção Municipal, até ao momento tem-se conseguido concretizar os objectivos a que se propôs. -----

-----Relativamente às escolas a sua avaliação não é feita só do ponto de vista físico, daí que, quando se afirma que Oeiras tem as melhores escolas, também se está a afirmar que se tem os melhores professores, auxiliares de educação e, eventualmente, os melhores pais, melhor comunidade educativa, como é o caso da Escola Secundária Quinta do Marquês que esteve no “ranking” dos melhores alunos de Matemática. -----

-----Têm sido feitas intervenções concretizadas, não só do ponto de vista da reabilitação do edificado, mas também investimentos ao nível da área das tecnologias de informação; aliás já há um conjunto de escolas que têm o RISE a funcionar, para além de que esse investimento também tem sido complementado com a formação dos professores e que por sua vez, será uma mais valia para as crianças, interrompendo a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** para solicitar ao Senhor Vice-Presidente que lhe seja fornecido o plano anual de formação, ao que o **Senhor Vice-Presidente** respondeu que o fará chegar. -----

-----Continuando, frisou que há um conjunto de obras em curso, foi inaugurada a Escola Conde Ferreira, a qual foi objecto de uma enorme intervenção, dado que as suas instalações já não estavam funcionais para as exigências actuais e ainda no âmbito da sociedade veículo uma escola em Porto Salvo e outra no Alto de Algés.-----

-----A propósito deste assunto, a **Senhora Vereadora Madalena Castro** salientou que no ano passado foram intervencionadas vinte e oito escolas, embora nem todas tivessem sido objecto do mesmo esforço financeiro por parte da Câmara, contudo, foi uma meta e um objectivo



muito ambicioso. Este ano haverá um número mais reduzido de intervenções, no entanto, dentro de duas semanas será submetida uma proposta de deliberação a votação, no sentido dessas intervenções ficarem autorizadas, ao abrigo do regime de excepção, que foi prorrogado para dois mil e dez, continuando dessa forma o Governo a criar um regime menos burocratizado, em relação ao Código dos Contratos Públicos, para a requalificação do parque escolar. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vice-Presidente** referiu que esta é uma área em que a Câmara pretende direccionar o investimento, não só para o edificado, do ponto de vista dos próprios equipamentos, como seja o mobiliário, a informática, mas também no investimento ao nível de toda a comunidade escolar, ou seja, dos professores, dos encarregados de educação, das associações de pais, dos auxiliares de educação, no fundo de tudo aquilo que constitui as escolas.

----- No que tange ao Gabinete de Auditoria observou que possivelmente a Senhora Vereadora Luísa Carrilho ainda não foi, mas poderá fazer uma visita a esse gabinete e, na altura, poderá verificar que nenhum dos funcionários e dirigentes estão sentados no chão, ou estão a trabalhar de pé; a verdade é que todos têm mobiliário para o efeito, não sabe se para eles esse mobiliário é o adequado e suficiente, mas o que pode dizer é que é aquele que a Câmara pode ter e que numa situação de justiça e de igualdade para com outras unidades orgânicas, este gabinete não está preterido, nem beneficiado, usufrui daquilo que é a política de dotação de mobiliário e de equipamento, que as outras unidades orgânicas têm. -----

----- Se o Gabinete entende que não é suficiente, também haverá outras unidades orgânicas, que poderão sentir que o que têm não é suficiente, no entanto, a Senhora Vereadora poderá constatar pessoalmente as condições desse Gabinete, tanto ao nível das instalações, do equipamento informático e do mobiliário. -----

----- Em relação à viatura como deve de calcular, é impossível que todos os funcionários da Câmara, que se deslocam para os vários edifícios ou unidades orgânicas tivessem uma viatura.

----- Esse Gabinete está dotado de uma viatura que é a do seu dirigente e, para além disso,

pode sempre recorrer à Divisão de Viaturas e Máquinas e se atempadamente solicitar uma viatura, certamente, que lhe será facultada com o respectivo motorista. -----

-----Observou que, o que consta do documento foi colocado pelo Gabinete de Auditoria Municipal, mas da realidade que conhece e bem, o que pode dizer é que, comparativamente, com outras unidades orgânicas da Câmara, esse Gabinete não tem nem mais, nem menos do que os outros, duvidando que isso seja razão para que este não possa desenvolver aquilo que é a sua missão.-----

-----Ao nível dos recursos humanos todos os Vereadores com responsabilidades executivas, reconhecem que a Câmara necessita de um reforço ao nível dos recursos humanos, porque, há uma dificuldade que se prende com a morosidade do próprio mecanismo da Lei, referente à contratação.-----

-----Há um conjunto de concursos a decorrer, quer para técnicos superiores, quer para pessoal operário, como sejam cantoneiros, jardineiros e pessoal administrativo, esperando que logo que os mesmos estejam concluídos, se tenha a possibilidade de minimizar essa falha, que é sentida em várias, se não na totalidade nas diversas unidades orgânicas da Câmara.-----

-----De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** frisou que aquando da sua intervenção, só se referiu ao que vem escrito no documento que foi aprovado, observando o **Senhor Vice-Presidente** que não está a pôr em causa a questão que colocou, o que põe em causa é se o que está no documento poderá ser o sentido do dirigente desse Gabinete, embora também não possa dizer que não tem razão, mas o que tem que dizer enquanto decisor, é que do ponto de vista equitativo e olhando o universo de todas as unidades orgânicas da Câmara, o Gabinete Municipal de Auditoria não tem, nem mais, nem menos, do que as outras, sendo evidente que tenta gerir os recursos, quer materiais, quer humanos pelos diversos serviços e também de acordo com o que são as prioridades ao nível da Câmara.-----

-----De seguida interveio a **Senhora Vereadora Madalena Castro** para dizer que a



Senhora Vereadora Luísa Carrilho referiu que o documento foi aprovado, mas ainda não o foi, apenas foi lido. -----

----- Referiu que já teve o pelouro da DVM e enquanto Vereadora nunca teve conhecimento que houvesse falta de viaturas para qualquer serviço, mas, para esclarecer melhor a situação, já marcou uma reunião com o dirigente do Gabinete. -----

----- Relativamente aos esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente compreende-os perfeitamente, até porque ao nível das Direcções Municipais e Departamentos há falhas tanto ao nível técnico, como administrativo de grande carência. -----

----- Quanto ao texto ele traduz o sentimento do Senhor Director do GMA, parece-lhe complicado, uma vez que dá a ideia que houve trabalho que não foi realizado por falta de viatura, sendo este aspecto que quer esclarecer, porque nunca lhe chegaram pedidos desse gabinete, que não tivessem sido satisfeitos; aliás, nem faz sentido que não o sejam e se de facto isso se passou, deveria ter subido ao nível superior, de modo a que fosse indagado o porquê do trabalho não se fazer por falta de viatura. -----

----- De seguida interveio a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** para dizer que sabe que isso não foi aprovado, mas alguém aprovou este documento para ser trazido à reunião e se o texto não corresponde à verdade deveria ser visto por alguém, ao que a **Senhora Vereadora Madalena Castro** referiu, que tanto quanto sabe o texto está consoante os serviços escrevem, não há uma antevisão do mesmo, nem é supervisionado por ninguém. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vice-Presidente** disse que sempre se fez dessa forma; até porque todas as unidades orgânicas têm a liberdade e autonomia de prestar a sua colaboração neste documento, daí até compreender o sentido do Senhor Auditor e, eventualmente, a sua vontade de trabalhar é muito superior aos recursos que tem, mas o que pode afirmar é que esses recursos não são nem mais, nem menos que outros directores municipais têm, embora reconheça que há carências ao nível de recursos humanos. -----

-----Em relação aos recursos materiais também compreende que pretendesse melhor mobiliário e, eventualmente, mais viaturas, mas é preciso fazer a afectação e gestão de recursos de uma forma equitativa, nunca podendo aceitar que o Gabinete de Auditoria deixe de fazer qualquer diligência ou tarefa pelo facto de não ter uma viatura, tanto mais que o Senhor Director Municipal tem uma viatura e um motorista que lhe estão afectos, podendo perfeitamente durante o horário normal de trabalho dispor, tal como o próprio dispõe da viatura que lhe está afecta, para funções que se prendem com o normal funcionamento da sua unidade orgânica.-----

-----No que toca à revisão do PDM ela está a ser feita há já algum tempo, estando-se neste momento a aguardar a versão final do PROTAML. -----

-----No próximo dia dez de Maio vai realizar-se uma reunião na Junta Metropolitana de Lisboa, com as diversas autarquias que fazem parte da mesma, para que lhe seja apresentada uma versão final por parte da CCDRLVT, sendo para tal fundamental que o PROTAML esteja aprovado, de modo que a revisão do PDM neste caso de Oeiras, possa avançar de acordo com aquilo que é o PROT, uma vez que é impensável o PDM depois vir a colidir com este. -----

-----Acrescentou que, o que se tem feito é um trabalho que nunca se fez, ou seja, Presidentes de Câmara de Cascais, Oeiras, Sintra, Mafra, Lisboa e Amadora, estão a ter um trabalho concertado, no sentido de conseguir produzir um conjunto de imputes para dentro do PROT, ou seja, não trabalhar de uma forma desgarrada cada concelho por si, de modo a que se consiga criar uma plataforma onde os imputes sejam carregados para dentro do PROT, sendo assim que faz sentido, porque ao nível do PROT se não for assim a essa escala, todos os contributos que cada Município em princípio possa dar, não serão tão proveitosos e não acrescentarão tanto valor, como este trabalho de concertação.-----

-----Referiu que dentro em breve irá realizar-se uma reunião, para consolidar uma proposta que será entregue à CCDDR, para que dia dez de Maio ela possa já trazer uma versão final do PROT e após a sua aprovação, ou pelo menos a versão preliminar possa permitir o



restante desenvolvimento do PDM da CMO. -----

----- Em relação ao Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, todo o dirigente tem uma forma de trabalhar e de liderar a sua unidade orgânica. -----

----- Quanto à forma que esse dirigente encontrou, não vai dizer se é ou não correcta a forma como alterou o paradigma de funcionamento dentro do Gabinete, mas o que espera, sinceramente, é que ele continue a dar o seu contributo como tem dado até agora, sendo que se ele puder ser mais eficaz e mais eficiente devido a essa alteração tanto melhor. -----

----- No uso da palavra a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** esclareceu que não critica o funcionamento, nem o novo paradigma de funcionamento desse gabinete, o que lhe parece é que o texto que vem no documento é preconceituoso, mas as palavras ficam com quem as profere, considerando também que é eticamente reprovável que um par fale assim do seu anterior par. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vice-Presidente** esclareceu que os contributos para este documento, são da responsabilidade dos dirigentes e não são de forma alguma censuráveis. -----

----- A única coisa que poderia haver em termos de censura, é se há alguma informação objectiva que não seja rigorosa, mas tudo aquilo que faz parte do funcionamento, do entendimento, da perspectiva da unidade orgânica, é o que consta do documento, o que na sua opinião está correcto, com todos os riscos que a Senhora Vereadora Luísa Carrilho acabou de referir. -----

----- No que diz respeito às Juntas, considera que a Delegação de Competências é de facto um sucesso. -----

----- O protocolo de competências traz mais celeridade às pequenas coisas, às pequenas intervenções e até em alguns casos menos custos, criando também mais proximidade com o próprio cidadão, porque o director municipal, ou o vereador nem sequer tem tempo para se

dirigir pessoalmente ao munícipe se tem luz, ou se o buraco já está arranjado, mas o Presidente da Junta tem esse tempo e tem esse gosto, porque uma das tarefas do Presidente da Junta é também a proximidade com os munícipes. -----

-----Acrescentou, ainda, que o protocolo de delegação de competências tem vindo a ser ajustado, no que diz respeito à própria percentagem que lhe está afecta neste momento para as despesas administrativas, que os serviços da junta têm com o próprio protocolo, nomeadamente, os relatórios, os orçamentos, as comunicações com os fornecedores, os combustíveis, etc., sendo tudo isso foi avaliado e alterado e a percentagem cresceu. -----

-----Em relação ao diálogo entre os Executivos das Juntas e os serviços da Câmara tem sido constante, através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, no sentido de se ir cada vez mais ajustando esse protocolo, cujo modelo tem resultado, tem funcionado e tem sido do agrado quer da Câmara, quer das Juntas de Freguesia e até por parte dos munícipes que têm manifestado uma satisfação muito considerável. -----

-----Quanto às Comemorações dos Duzentos e Cinquenta Anos disse que é possível fazer um apanhado das empresas, esclarecendo a **doutora Maria Emília** que tem conhecimento que a doutora Ana Runkel elaborou um documento e naturalmente deve focar essa matéria, continuando o **Senhor Vice-Presidente** que ainda não há uma contabilidade de custos porque um fornecedor pode ter um fornecimento contínuo, dando como exemplo contentores de casas de banho em que o concurso serve para as actividades de desporto, da cultura, dos Duzentos e Cinquenta Anos, etc., por isso é necessário dizer que dez por cento são afectos a um determinado serviço, outros dez a outro, etc., de modo que irá pedir ao Gabinete dos Duzentos e Cinquenta Anos o universo dos fornecedores e o montante gasto. -----

-----Intervindo o **Senhor Vereador Fernando Curto** salientou que aquando da discussão da temática na Assembleia Municipal o Senhor Presidente de Câmara comprometeu-se perante aquela Assembleia que forneceria, aquando da apresentação do Relatório e Contas, não só os



montantes gastos como as empresas relacionadas com o caso, podendo ser a própria Assembleia a reclamar esse relatório.-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse que irá tentar junto da doutora Ana Runkel obter esses elementos, se forem insuficientes pedirá ajuda à doutora Maria Emília, de modo a fazer chegar esse relatório aos Senhores Vereadores. -----

----- Sobre a actividade do Combust a **Senhora Vereadora Madalena Castro** explicou que foi feito um diagnóstico, mas como não tinha todos os indicadores que queria, pediu algumas informações complementares e assim que estiver concluído será presente a uma reunião, tendo em conta que é o primeiro ano de experiência. -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** em relação à apresentação dos projectos informou que se realizou uma apresentação no DPE, onde foram apresentados, todos os projectos, todas as obras em curso, áreas de intervenção, etc., porque dentro do próprio Departamento há funcionários que desconhecem todo o universo do DPE, porque um grupo está afecto à Reabilitação Urbana, outro às AUGIS, outro aos Projectos de Equipamentos Culturais e Desportivos e a rotina leva a que não tenham proximidade nem conhecimento daquilo que o Departamento no seu todo desenvolve e promove, de modo que, na sua opinião, repetindo e alargando essa experiência a outros Departamentos, faz todo o sentido que os Senhores Vereadores estejam presentes, pedindo desculpa aos Senhores Vereadores por os não ter convidado para a apresentação do DPE. -----

----- Quanto à abstenção dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, lamenta essa votação, porque o trabalho do ROC é complicado, mas, tal como já disse na Assembleia Municipal, é um processo que paulatinamente está a ser melhorado, porque ano após ano se vão gerando rotinas que vão beneficiar, em termos de rapidez, aquilo que são questões do ROC, na medida em que todos os anos há uma quantidade de questões que estão dentro daqueles parâmetros.-----

----- No início era difícil porque a informação estava organizada de uma maneira que não

era cem por cento a forma que o ROC queria, de modo que manualmente teve que ser coligida toda essa informação e já se está muito mais próximo, sendo que esse tem que ser um trabalho diário, o qual é dado ao ROC sempre que solicitado por este, mesmo através das aplicações informáticas, já que os serviços vão criando rotinas, que torna muito mais rápido coligir a informação. -----

-----Houve um grande atraso na Certificação de Contas de dois mil e sete, está agendada a de dois mil e oito e apesar da de dois mil e nove estar praticamente pronta não foi possível agendá-la, razão por que lamenta que o Partido Socialista se abstenha por força da não apresentação da Certificação de Contas de dois mil e nove.-----

-----O **Senhor Vereador Amílcar Campos** começou por sublinhar a maneira clara como os elementos foram apresentados, como já vem sendo hábito, de qualquer modo é um documento técnico e o que está em apreciação, por uma lado é a apreciação rigorosa da especialidade da contabilidade e é certificada por quem tem competência para o efeito e, por outro lado é uma avaliação das opções de gestão, das opções políticas que estiveram subjacentes ao exercício que está a ser relatado. -----

-----Essas opções foram planeadas e previstas nas GOP correspondentes ao período em apreciação. -----

-----Continuando, disse que não dá o seu aval ao aspecto técnico da contabilidade, que tem que ser certificado pelo ROC, cuja explicação foi entregue e refere que o trabalho foi concluído a catorze de Abril, pelo que não havia tempo de as introduzir no documento em apreciação, uma vez que o ROC não faz considerações em cima do joelho, já que elas são de tal maneira comprometedoras que ou são ou não são, compreendendo que o ROC reserve para si o tempo necessário para fazer a análise técnica dos documentos para emitir o seu parecer, acrescentando que gostaria de ter essa reserva de tempo acautelada para poder fazer uma análise de natureza política diferente, no pressuposto que as contas estavam certificadas pela entidade



competente, o que não é o caso.-----

----- Pegando no documento II – Demonstrações Financeiras, na página cento e nove, aparece o aumento da conta cinquenta e um – Património, no montante de dezoito milhões duzentos e cinquenta e seis mil seiscientos e nove euros e aparece um conjunto de itens para afectar, ou para desafectar, inquirindo se isso foi só para compor, isto é, se é um exercício de engenharia contabilista ou apareceu esse conjunto, se é a ponta do “iceberg” e o que é que vem a seguir e qual o montante.-----

----- Considera que há muitos outros itens que contribuem para alterar o valor do património, de modo que gostaria de saber se o Senhor Vice-Presidente tem ideia da percepção da expressão económica e da dimensão dos itens que podem contribuir para essa variação, mesmo sem os conhecer em rigor, porque se fossem conhecidos em rigor estavam na lista e como não lhe parecem ser a totalidade, parece ser uma relação que surgiu agora e amanhã podem surgir mais três ou quatro e podem aparecer mais meia dúzia, de modo quer ter o significado exacto dessa valorização, que tem o valor de dezoito milhões. -----

----- Na página cento e quarenta – Provisões, com vários números registados para o SATUO, o LEMO, a Municíпия, etc., e como estão explanados os anos de dois mil e sete, dois mil e oito e dois mil e nove, estão espelhados mais de cinco milhões de euros, de modo que gostaria de saber se é dinheiro metido pela Câmara nessas instituições, na medida em que sempre lhe disseram que a Câmara não colocava dinheiro no SATUO e se as provisões são positivas, para si, significa que estão a injectar dinheiro.-----

----- A página duzentos e noventa e três é o início de uma relação extensa que vai até à página trezentos e um, de contratos de empreitada, fornecimentos, concessão e outros, tendo-lhe chamado a atenção a primeira linha onde consta Ana Maria Valdez Wilson, com uma aquisição de serviços de assessoria protocolar ao Senhor Presidente, no valor de mil e quatrocentos euros por mês e os pagamentos na gerência onze mil duzentos e treze que parece ser uma avença que se

vai pagando ao longo do ano, de modo que gostaria de ter a noção dos serviços prestados por essa entidade.-----

-----Na página duzentos e noventa e sete, outro elemento que lhe chamou a atenção, não tanto pelo valor mensal mas pelo acumulado, foi o contrato de prestação de serviços com J. Ramos Osório, médico da Oeiras Sociedade Unipessoal, que lhe parece ser o médico da Câmara, com um valor mensal de dois mil oitocentos e setenta euros e oitenta e três euros, com um pagamento na gerência de trinta e cinco mil euros, que multiplicando por doze, não resulta esse valor, mas para si o equivalente a acumulado vai em quatrocentos e três mil setecentos e noventa e três euros, de modo que gostaria de saber o que é que isso significa, na medida em que é um valor muito elevado e questiona-se se tem a ver com acções de formação, acções específicas, ou se tem a ver com a acção de rotina da medicina que ele pratica.-----

-----Passando para o documento Um – Relatório, pensa que o conteúdo da página cinco à página oito, devia ser revisto e não ir assim para a Assembleia Municipal, porque não é aceitável que um documento aprovado pela Câmara mostre que “não se sabe a quantas anda”, sendo certo que o ano de dois mil e nove foi um ano de eleições, mas o documento tem que ser redigido de forma adequada, ou seja, a página cinco refere a repartição dos mandatos até às eleições de dois mil e nove, mas simplesmente a dez meses do exercício, a repartição que está na página sete corresponde aos outros dois meses e tem que ser escrito de forma adequada, ou seja, na página cinco, no segundo parágrafo que diz: “...verificando-se as seguintes distribuições...” deveria dizer: “...antes da eleição do dia onze de Outubro a distribuição era a seguinte:...” , porque o eleitor que não for elemento da Assembleia Municipal ou do Executivo, que lê o documento tem que ficar com a percepção clara.-----

-----A página seis apresenta os elementos do novo Órgão, quando na verdade são os velhos porque estiveram em execução até ao dia onze de Outubro.-----

-----O **Senhor Vereador Fernando Curto** no uso da palavra disse que tinha que se



ausentar da reunião, de modo que, nesta altura saiu da sala, definitivamente. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** referiu que na página dezasseis, no que diz respeito às receitas, interpreta que foi orçamentado em receita corrente cento e vinte e nove setecentos e trinta e nove milhões quatrocentos e oitenta e sete euros, foi executado cento e vinte cinco oitocentos e quarenta e um milhões de euros, o que dá um bom resultado visto que são seis vírgula noventa e três por cento acima do que foi executado em dois mil e oito, por outro lado o orçamentado em receita de capital foi de cinquenta e cinco milhões oitocentos e setenta e cinco mil seiscentos e dezanove euros e o executado quatro milhões duzentos e quinze mil cinquenta e um euro e vinte e dois centimos, o que equivale a que se tenha executado apenas sete vírgula cinquenta e quatro por cento do orçamentado e isso revela um enorme empolamento, porque significa que foi executado menos setenta e cinco vírgula oitenta e seis por cento do executado no ano anterior.-----

----- O orçamentado no ano anterior em despesa corrente foi de cento e nove milhões novecentos e trinta e nove mil oitocentos e três euros e executado oitenta e sete milhões setenta e três mil setecentos e vinte e nove euros e vinte e sete centimos ou seja setenta e nove vírgula dois por cento do orçamento e doze vírgula quarenta e quatro por cento a mais do que no ano anterior.

----- O orçamentado em despesa de capital foi de setenta e cinco milhões setecentos e oitenta e seis mil e oitenta e cinco euros e o executado quarenta e dois milhões setecentos e catorze mil seiscentos e onze euros e setenta e três centimos ou seja cinquenta e seis vírgula trinta e seis mas menos vinte e seis vírgula setenta e quatro por cento do que no ano anterior.-----

----- Prosseguindo, considerou os resultados negativos e tanto mais negativos quanto se tratou de um ano de eleições em que se fez um esforço para realizar o mais possível. -----

----- Passando para a página vinte e quatro sobre o IMT o realizado foi vinte de oito milhões oitocentos e setenta e oito mil trezentos e trinta e quatro euros e sessenta e sete centimos, mas está inflacionado em doze milhões com o negócio Lagoas Parque/Teixeira Duarte/DCP o

que significa que o imposto se situará a curto prazo em valor significativamente inferior, o que é preocupante. -----

-----Na página vinte e cinco na Derrama pela primeira vez detectou que o orçamentado é inferior ao executado e ficou perplexo por isso ser assim.-----

-----Na página trinta nas despesas correntes com pessoal, em dois mil e oito está inscrita a verba de trinta e três milhões trezentos e trinta e oito mil cinco euros e oitenta e um cêntimos e em dois mil e nove, trinta e quatro milhões oitocentos e sessenta e oito mil cem euros e trinta e cinco cêntimos que dá um agravamento de quatro vírgula cinquenta e nove por cento. -----

-----Em dois mil e oito o agravamento relativo a dois mil e sete foi de dois vírgula setenta e quatro por cento, isto é, de trinta e dois vírgula quatro por cento para trinta e três vírgula três por cento.-- -----

-----A variação da aquisição de bens e serviços de dois mil e sete para dois mil e oito passou de trinta e um para trinta e quatro por cento.-----

-----Em dois mil e oito foi de trinta e quatro milhões quarenta e um mil quatrocentos e trinta e três euros e vinte e dois cêntimos e em dois mil e nove quarenta e dois milhões quatrocentos e quarenta e três mil oitenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos, ou seja vinte e quatro vírgula sessenta e oito por cento, isto é, aquilo que se tinha agravado nove vírgula oitenta e cinco por cento de dois mil e sete para dois mil e oito, agravou-se de dois mil e oito para dois mil e nove em vinte e quatro vírgula sessenta e oito por cento.-----

-----Enquanto a rubrica com o pessoal teve um aumento de dois vírgula setenta e quatro a de bens e serviços teve um aumento de nove vírgula cinquenta por cento. -----

-----Acrescentou que pensa que isso é consequência directa dos “outsourcing” e afinal não são a “panaceia” para todos os males, antes pelo contrário são significativos elementos de despesa, para si, “vai-te embora lucro que dás prejuízo”.-----

-----Relativamente à página sessenta as comemorações dos duzentos e cinquenta anos



atinge os três vírgula quinhentos e dezoito milhões de euros, já que não foi possível conhecer atempadamente o plano, o calendário e o orçamento, pelo menos fica a saber no fecho das contas do ano seguinte. -----

----- Também gostaria de saber a previsão e a conclusão da revisão do PDM. -----

----- Aguarda que a Senhora Vereadora Madalena Castro entregue o relatório do Combustível sabendo que o ano de dois mil e nove foi um ano experimental. -----

----- Quanto às prosas atribuídas a cada um dos Departamentos tem sido sempre, por um lado, um elemento necessário, por outro lado negativo, porque não estão redigidos de forma coerente e cada um faz da sua lavra e consoante a sua própria sensibilidade, no entanto, acredita que quando o texto tiver outra importância, quando for caracterizado pelo mesmo tipo de critérios, será redigido de outra forma. -----

----- Prosseguiu dizendo que viu nos documentos o receio que teve, que o levaram a votar contra as GOP de dois mil e nove e quando o fez não pensou que o exercício pudesse ser tão mau como interpreta da análise que fez do documento. -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** em relação à página cento e quarenta – Provisão disse que pelo Princípio da Prudência, a Câmara é obrigada a provisionar, ou seja, a prever determinado montante para o caso de vir a ser necessário, é uma reserva e não implica uma transferência pecuniária. O ponto de vista contabilístico é que dá uma informação clara dizendo que se pode ter determinada necessidade. -----

----- No documento há duas provisões. Uma para a Oeiras Expo outra para a Oeiras Primus e, na sua opinião, não tinha que criar uma provisão nas contas da Câmara, porque antes de se fazer o investimento a sociedade estará em desequilíbrio porque ainda não tem qualquer tipo de receita que faça face aos custos, só irá ter receita quando os imóveis estiverem concluídos e os contratos de arrendamento estiverem firmados, passando a haver uma receita por conta do arrendamento que fez, no entanto, a lei prevê que nessa fase de investimento, o desequilíbrio em

que a empresa se encontra, não tenha que se consolidar nas contas da Câmara. -----

-----Entretanto, os serviços consideraram que pelo facto de não ter sido dado conhecimento à IJF desse plano e ela não se ter pronunciado e ter aprovado esse plano de investimento, achou por bem considerar a provisão, que não passa disso, porque são catorze mil quatrocentos e sessenta euros e noventa e um mil duzentos e noventa euros e trinta e seis cêntimos. -- -----

-----Quanto toca às outras provisões, nomeadamente ao SATUO não quer dizer que tenha sido pago ou que se preveja pagar, a provisão foi criada para que se, eventualmente, a Câmara tiver necessidade de pagar, a provisão está criada, acontecendo isso com todas as outras. -----

-----Acontece o mesmo com os processos que estão para o Tribunal, a Câmara não sabe se vai ser condenada e quanto é que vai pagar, no entanto, é fundamental que a provisão esteja criada.-----

-----Quanto à página cinco irão ser feitas as alterações. -----

-----Em relação às páginas dezasseis e dezassete do Relatório, o Senhor Vereador Amílcar Campos fez a análise da receita de capital ter uma execução muito baixa relativamente ao previsto no orçamento. -----

-----Do ponto de vista da gestão, na sua opinião, é fundamental a Câmara inscrever na receita de capital, tudo o que seja possível alienar, porque esse património é da Autarquia e é possível ser alienado, assim, durante o exercício é possível realizar essa receita de capital, mas se a Câmara conseguir uma gestão de modo a ter uma execução de cem por cento em receita corrente, com essa receita será possível financiar a despesa de capital, ou seja, era negativo que se financiasse a despesa corrente com receita de capital e desde que não seja assim, para si, é uma gestão correcta e acrescenta valor porque a Câmara não precisa de despender património, antes pelo contrário, teve uma execução de quarenta e dois milhões de compra de património bens e investimentos cujo montante foi suportado pela receita corrente.-----



----- Essa análise é demonstrativa da solidez financeira da Câmara em que consegue com a receita corrente financiar a despesa de capital. -----

----- Poderá colocar-se a questão de não dever estar os cinquenta e cinco milhões. Na sua opinião faz todo o sentido que lá esteja porque não faz sentido a Câmara no início de cada exercício aprovar uma revisão orçamental.-----

----- Continuando, disse que em dois mil e dez a Câmara está a ter problemas de liquidez por várias razões, já explicadas pelo Senhor Presidente, nomeadamente, da má cobrança dos impostos, da crise, etc., se não se tivesse inscrito no orçamento um conjunto de receitas de capital, bens patrimoniais que possam ser alienados, não teria essa ferramenta. -----

----- Continuando, explicou que em dois mil e dez a receita de capital será maior, na medida em que está prevista uma hasta pública de um conjunto de terrenos, esperando que a hasta pública seja bem sucedida e a Câmara possa realizar despesa de capital e, se esses terrenos não estivessem inscrito teria, certamente, que se fazer uma revisão orçamental e do ponto de vista financeiro a Câmara não se estaria a habilitar a ter essa gestão, de modo que considera que quando há necessidade e se for possível fazer um bom negócio, deve vender, entretanto, se a liquidez proveniente da receita corrente for suficiente para não ter uma política de venda, então não vende, que foi o que aconteceu em dois mil e nove, que foi positivo, daí não o chocar que haja uma execução ínfima na rubrica de receita de capital, é sinónimo que não foi preciso alienar património, antes pelo contrário, houve aquisição de património.-----

----- O **Senhor Presidente** que, entretanto entrou na sala, quanto ao IMT explicou que o seu valor não está inflacionado. -----

----- Prosseguindo, disse que o Senhor Vereador Amílcar Campos a única crítica que pode fazer é em relação à receita de capital, em matéria de impostos não tem razão porque a Câmara não coloca o valor que quer mas o que decorre da média-estatística e essa está correcta. -----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse que o Senhor

Presidente não ouviu a pergunta de modo que a vai colocar de novo. -----

-----A inflação não é no sentido de empolamento, o montante de vinte e oito vírgula oitocentos e setenta e oito milhões realizado, contém em si uma tranche inerente a um negócio, atalhando o **Senhor Presidente** que não pode evocar isso, porque o que disse foi que pode não haver cobrança do IMT em dois mil e dez igual à de dois mil e nove porque em dois mil e nove, embora a média-estatística esteja correcta, houve um factor de realização de montante que pode não se realizar em dois mil e dez, mas não implica que se possa realizar mais, porque há potencial no Concelho para isso. -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse ter concordado com a análise feita pelo Senhor Vereador Amílcar Campos, mas tinha que retirar o inflacionado, porque foi uma situação extraordinária e a partir daí tudo será provisões. -----

-----Quanto à Derrama a doutora Maria Emília Xavier explicará o que se passou por ter sido, nos anos de dois mil e seis, dois mil e sete e dois mil e oito, inferior ao realizado. -----

-----Quanto ao “outsourcing”, como já várias vezes foi dito é algo que é preciso recorrer por força das imposições legais com que a Câmara se defronta diariamente, ou seja, limitação de horas, dificuldades de contratação, a morosidade nos procedimentos de contratação e embora pensando que o custo para a organização até possa ser superior para a organização, não há outra hipótese se não recorrer a ele. -----

-----Também pensa que em muitas situações era preferível recorrer aos recursos internos, ou seja aos funcionários e até seria mais barato, mesmo pagando horas extraordinárias do que recorrer ao “outsourcing”. -----

-----O **Senhor Presidente** realçou que em relação à receita de capital, a Câmara tem feito um esforço enorme e em vez de vender tem adquirido património, só houve uma hasta pública em dois mil e oito onde foram vendidos alguns lotes para equipamentos que renderam seis milhões de euros, no que concerne ao grosso dos imóveis que estão no documento nunca se



tentou vendê-los porque não tinham as infra-estruturas realizadas, não se podia pôr o terreno à venda sem estar loteado, só agora estão, razão por que serão postos à venda, pensando que se for tudo vendido rondará os trinta milhões de euros.-----

----- A **doutora Maria Emília Xavier** explicou que em relação ao património haviam coisas que estavam mal classificadas e estão a ser levadas à conta cinquenta e um e sempre que se tem conhecimento, porque se vão fazendo conferências e se detecta alguma fazem-se as correcções. -----

----- A página cento e quarenta tem a ver com as provisões das empresas, com base no artigo trinta e um da Lei cinquenta e três F, duas delas têm a ver com as duas empresas Oeiras Expo e Primus, porque enquanto não fizerem obra, com base no Princípio da Prudência, fez-se uma provisão. -----

----- Na parte da Derrama tem a ver com o cálculo dos anos anteriores que vai dar esse valor. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** começou a sua intervenção dando os parabéns ao Serviço pelo excelente trabalho que fizeram e pela clareza do documento. -

----- De seguida chamou a atenção para uma falha encontrada na página sete, na composição da Assembleia Municipal, na medida em que o PSD elegeu cinco membros, não devendo constar seis como Coligação Mais Oeiras, na medida em que ela terminou no dia das eleições e assim como membros da Assembleia Municipal constam cinco do PSD e um do CDS, razão porque têm gabinetes separados, assim como os dois mandatos na Vereação só são do PSD e não da Coligação. -----

----- Por último disse que a bancada do PSD estranha a atitude da bancada do PS em relação ao sentido da votação pela abstenção em relação ao documento em análise visto que o PS teve responsabilidades no anterior mandato, tanto mais que um dos Vereadores do anterior Executivo continua a ser Vereador no actual.-----

-----O **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse que houve um agravamento na ordem dos vinte e quatro vírgula sessenta e oito por cento na rubrica aquisição de bens e serviços, nas despesas correntes, que atribui à forte componente do “outsourcing” e dentro disso aos contratos de manutenção de jardins e limpeza, como o Senhor Presidente já por diversas vezes falou na ponderação da hipótese da criação de uma empresa municipal para realizar esse tipo de acções, gostaria de saber em que pé é que isso está, porque a Câmara está carenciada de mão de obra e não pode com os recursos que tem assumir essa responsabilidade e como considera que é como a “pescadinha com o rabo na boca” se não pode e os “outsourcings” são penalizadores, se há outras alternativas gostaria de saber. -----

-----O **Senhor Presidente** informou que se está a fazer o levantamento da situação em termos do pessoal necessário para esse tipo de actividades, lembrando que a Câmara abriu um concurso para a concessão da recolha dos resíduos sólidos em parte do Concelho, que ainda não foi, mas será anulado, concluindo que é nesse contexto que a Câmara tem que decidir se avança para a criação da empresa ou não e cada vez se inclina mais para a criação da empresa porque tem-se gasto muito dinheiro em “outsourcing” para além do facto de cada vez mais se ter mais dificuldade em controlá-los.-----

-----Também está em estudo criar uma empresa para a área da Habitação, mas aí é mais complicado porque tem que se separar a parte social da restante, porque uma empresa não tem sensibilidade para gerir a parte social, mas o Departamento também não está vocacionado para tratar das obras e dos pequenos arranjos dos fogos que podem ir dos mil aos seis mil euros, de modo que dava jeito criar uma situação idêntica à “Oeiras está lá” para resolver esses problemas.

-----Em relação à página duzentos e noventa e três e no que concerne ao doutor Osório Ramos, a **doutora Paula Saraiva** explicou que o acumulado não é relativo à empresa, mas ao tempo todo que ele trabalha na Câmara.-----

-----Continuando, informou que ele é Coordenador do Gabinete Médico há uma série de



anos. Com a alteração da legislação, os avençados em nome de pessoa singular, tiveram que se formar em pessoa colectiva, ou seja, numa empresa unipessoal, argumentando o **Senhor Presidente** que embora seja a mesma pessoa, não devia estar inscrito dessa forma. -----

----- Quanto à Ana Wilson, o **Senhor Presidente** explicou que ela foi contratada para sua assessora jurídica, mas fazia falta no Serviço de Notariado e foi, provisoriamente, prestar serviço naquela unidade orgânica, mas voltará, brevemente, para o seu gabinete.-----

----- Em relação à questão colocada pelo Senhor Vereador Amílcar Campos em relação ao aumento de aquisição de bens e serviços, a **doutora Paula Saraiva** pediu para não se esquecerem das comemorações dos duzentos e cinquenta anos, tudo o que é eventos de prestação de serviços, festivais, etc., tem a ver com essas comemorações, observando o **Senhor Presidente** que às vezes querem justificar e não o fazem correctamente, porque esse empolamento não tem a ver com as comemorações dos duzentos e cinquenta anos, mas com todas as aquisições que ocorreram durante o ano, onde estão incluídos todos os “outsourcings” de qualquer tipo, para além dos gastos das Festas do Concelho, onde foram gastos seiscentos mil euros e nas comemorações dos duzentos e cinquenta anos, três milhões e meio de euros.-----

----- De novo no uso da palavra a **doutora Paula Saraiva** explicou que está tudo isso, assim como as prestações de serviços que resultam da conversão das avenças, sendo o caso do doutor Ramos Osório um bom exemplo, que estava na despesa de pessoal e passou para a prestação de serviços, não tendo sido nada mudado se não a forma do contrato, atalhando o **Senhor Presidente** que com isto se reduz a despesa com pessoal, mas não se reduz a despesa corrente. -- -----

----- III – A Câmara, por maioria, com voto contra do Senhor Vereador Amílcar Campos e abstenção dos Senhor Vereadores Luísa Carrilho e Jorge Jacob, deliberou aprovar o proposto.----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco

mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

4 – PROPOSTA Nº. 428/10 - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REFERENTE A 2009: -----

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Nos termos do ponto dois ponto sete ponto três, das considerações técnicas do POCAL, previsto no Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, submete-se a aprovação do Executivo a aplicação dos resultados apurados no ano de dois mil e nove, face ao resultado positivo de vinte e três milhões trezentos e trinta e nove mil seiscientos e quarenta euros e trinta e três cêntimos, e tendo ainda em consideração que o valor contabilístico da conta cinquenta e um «Património» é superior a vinte por cento do Activo Líquido, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício:-----

-----Reserva Legal (conta quinhentos e setenta e um) – um milhão cento e sessenta e seis mil novecentos e oitenta e dois euros e dois cêntimos;-----

-----Resultados Transitados (conta cinquenta e nove) – oitocentos e cinquenta e quatro mil cento e sessenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos; -----

-----Reforço do Património (conta cinquenta e um) – vinte e um milhões trezentos e dezoito mil quatrocentos e noventa e um euros e quarenta e nove cêntimos. -----

-----Submete-se a aprovação do Executivo: -----

-----Um - O aumento da conta cinquenta e um - Património no montante de dezoito milhões duzentos e cinquenta e seis mil seiscientos e nove euros e vinte e quatro cêntimos;-----

-----Dois - O valor da conta cinquenta e nove - Resultados Transitados de anos anteriores e erros fundamentais correspondente a oitocentos e cinquenta e quatro mil cento e sessenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos seja integrado em Património – conta cinquenta e um do POCAL.



----- O saldo orçamental da gerência anterior foi de três milhões setecentos e trinta e oito mil quinhentos e noventa euros e dois centimos, transitando para a gerência seguinte o valor de quatro milhões sessenta e seis mil trezentos e sessenta e quatro euros e sessenta e oito centimos. -

----- A presente proposta deverá ser aprovada pelo Órgão Deliberativo nos termos do dois ponto sete ponto três ponto um, do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, POCAL, com as alterações que lhe foram introduzidas.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

5 - PROPOSTA Nº. 434/10 - CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DE 2008: -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pelo presente submete-se à apreciação da Câmara a Certificação Legal das Contas referentes ao ano de dois mil e oito, conforme documento anexo que faz parte integrante da presente proposta nos termos do artigo quadragésimo oitavo, da Lei dois, de dois mil e sete, de quinze de Janeiro.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

6 - PROPOSTA Nº. 435/10 – PROJECTO DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, E FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS:-----

----- Esta proposta por decisão do Senhor Presidente que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agenda a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

7 – PROPOSTA N.º. 436/10 – P.º. 490/DIM/DOM/06 - FÓRUM MUNICIPAL – EDIFÍCIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONCEPÇÃO DE UM NOVO EDIFÍCIO – CONTRATO Nº. 62/10:-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Antecedentes: -----

----- Na sequência da deliberação camarária tomada em reunião realizada em nove de

Abril de dois mil e oito, titulada pela proposta número trezentos e vinte e oito, de dois mil e nove, foi adjudicada a prestação de serviços de concepção do novo edifício Sede do Município à Sociedade “Lisboa Noventa e Oito - Estudos e Projectos, Sociedade Anónima”, com “(...) diferimento dos efeitos, nomeadamente, financeiros e materiais do contrato até à selecção do referido Parceiro Privado.” -----

-----A minuta do contrato a celebrar, deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para autorizar a respectiva despesa, “in casu” a Câmara Municipal, em simultâneo com a adjudicação ou autonomamente a esta, se assim se entendesse, nos termos do artigo sexagésimo quarto, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

-----Ora, no procedimento pré-contratual em apreço tal formalidade essencial não foi despoletada, nem diligenciada pelo serviço instrutor do processo em causa, tendo apesar disso o contrato sido celebrado em um de Março de dois mil e dez. -----

-----Tratando-se de um contrato de prestação de serviços para apresentação de um projecto de concepção, com um valor que ascende a um milhão duzentos e dezasseis mil cento e cinquenta euros, está o mesmo sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo quadragésimo sexto, número um, alínea b), da Lei número noventa e oito, de noventa sete, de vinte e seis de Agosto, com a redacção alterada pela Lei número quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de Agosto. -----

-----Nesta medida e em cumprimento do disposto na lei, pelo ofício número oito mil setecentos e trinta e quatro, datado de três de Março de dois mil e dez, o contrato foi remetido ao referido Tribunal, instruído de acordo com as orientações em vigor. -----

-----Em cinco de Abril, próximo passado, através de ofício com a referência DECOP/UAT dois barra mil oitocentos e setenta e seis, de um de Abril, o Tribunal de Contas solicita alguns esclarecimentos sobre o contrato supra referido, conforme documento junto ao processo sob documento um.-----



----- No referido pedido de esclarecimentos do Tribunal, designadamente na sua alínea d), é solicitada a remessa da minuta do contrato devidamente aprovado pela entidade competente. ---

----- Tendo em conta que, tal como anteriormente já se referiu, essa formalidade essencial não foi cumprida (nem aquando da adjudicação, nem em fase posterior), e atento o facto do contrato em causa já se encontrar formalizado e bem assim o procedimento pré-contratual subjacente ter sido desenvolvido na vigência do anterior quadro legal (Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho), sendo a preterição dessa formalidade geradora de vício de forma, com a consequência da sua anulabilidade, propõe-se a este Executivo que delibere aprovar: -----

----- Parágrafo único: Nos termos do artigo centésimo quadragésimo primeiro “ex vi” artigo centésimo trigésimo sétimo, número dois, ambos do Código do Procedimento Administrativo, a sanção por ratificação do vício em causa, decorrente da celebração do contrato de prestação de serviços número sessenta e dois, de dois mil e dez – “Aquisição do Projecto de Concepção do Novo edifício Sede da Câmara Municipal de Oeiras – Fórum Municipal”, que a seguir se transcreve. -----

----- “Contrato de Prestação de Serviços número sessenta e dois, de dois mil e dez -----

----- “Aquisição do Projecto de Concepção do Novo Edifício Sede-----

----- da Câmara Municipal de Oeiras – Fórum Municipal” -----

Entre:-----

Município de Oeiras, pessoa colectiva de direito público número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por Isaltino Afonso Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, divorciado, natural da Freguesia de São Salvador, Concelho de Mirandela, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Concelho, cujos poderes lhe são conferidos pela alínea a), do número um, do artigo sexagésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e

nove, de dezoito de Setembro, com redacção alterada pela Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro, adiante designado por Primeiro Outorgante ou Entidade Adjudicante; --

E; -----

Lisboa Noventa e Oito – Estudos e Projectos, Sociedade Anónima, com o capital social de cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos euros, com sede na Rua Dom Luís Primeiro, número três, quinto, mil e duzentos Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa - Segunda Secção, sob o número único de matrícula e pessoa colectiva quinhentos e três milhões noventa e um mil quinhentos e setenta, neste acto representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Mário Carlos Sua Kay, titular do Cartão de Cidadão número catorze milhões seiscentos e sessenta sete mil quatrocentos e cinquenta e seis, válido até catorze de Abril de dois mil e catorze, com o número de identificação fiscal cento e setenta e cinco milhões quarenta mil cento e dezassete, residente na Avenida Dom Luís Primeiro, número três, quinto, Lisboa e pelo Vogal do Conselho de Administração António Maria Alves Rodrigues da Silva, casado, natural de Moçambique, portador do bilhete de identidade número sete milhões oitenta e sete mil oitocentos e dezoito, emitido em vinte e cinco de Novembro de dois mil e cinco, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, residente na Rua Tomás Borba, número três, primeiro, Lisboa, ambos com poderes para o acto conforme cópia da certidão permanente on-line com o código de acesso três mil quinhentos e cinquenta e três-cinco mil duzentos e cinquenta e oito-oito mil setecentos e quarenta e um, subscrita em dois de Julho de dois mil e oito e válida até cinco de Dezembro de dois mil e dez, documento que arquivo, adiante designada por Segunda Outorgante ou Adjudicatária;-----

É celebrado o presente contrato de “Aquisição do Projecto de Concepção do Novo Edifício Sede da Câmara Municipal de Oeiras – Fórum Municipal”, o qual foi precedido de concurso público internacional, nos termos do previsto nos artigos centésimo sexagésimo quarto e seguintes do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, conforme deliberação da



reunião de Câmara de nove de Maio de dois mil e sete, titulada pela proposta número quatrocentos e dezanove, de dois mil e sete, com adjudicação aprovada por deliberação da reunião de Câmara de nove de Abril de dois mil e oito, titulada pela proposta número trezentos e vinte e oito, de dois mil e oito, nos termos do previsto na alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho, que se regerá pelas cláusulas seguintes:-----

----- Cláusula Primeira -----

----- (Objecto) -----

O presente contrato tem por objecto a “Aquisição do Projecto de Concepção do Novo Edifício Sede da Câmara Municipal de Oeiras – Fórum Municipal”, nas condições previstas no programa de concurso, caderno de encargos e da sua proposta, datada de vinte e cinco de Outubro de dois mil e sete, bem como de demais elementos escritos e patenteados, documentos que, aqui, se dão por integralmente reproduzidos e que ficarão arquivados constituindo parte integrante do presente contrato, de acordo com o previsto no artigo centésimo décimo sétimo, do supra referido diploma. -- -----

----- Cláusula Segunda -----

----- (Prazo) -----

O prazo para a execução da prestação de Serviços será de:-----

-Aprovação do Estudo Prévio - trinta dias;-----

-Aprovação do Projecto Base - trinta dias; -----

-Aprovação do Projecto de Licenciamento - trinta dias; -----

-Aprovação do Projecto de Execução - noventa dias; -----

-Assistência Técnica - pela duração da obra/visitas mensais.-----

----- Cláusula Terceira -----

----- (Preço e cabimento orçamental) -----

Um - O encargo do presente deste contrato é de um milhão duzentos e dezasseis mil cento e cinquenta euros, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de vinte por cento, no valor de duzentos e quarenta e três mil duzentos e trinta euros, perfazendo um total de um milhão quatrocentos e cinquenta e nove mil trezentos oitenta euros.-----

Dois - A prestação de serviços em causa foi adjudicada com diferimento dos efeitos, nomeadamente, financeiros e materiais do contrato até à selecção do referido parceiro privado. --

-----Cláusula Quarta-----

----- (Condições de pagamento) -----

Um - As condições de pagamento do encargo total da prestação de serviços são fixadas de acordo com as regras estabelecidas no programa de procedimento;-----

Dois - Para efeitos de pagamentos, devem ser apresentadas as respectivas facturas;-----

Três - Nenhum pagamento poderá ser efectuado antes do contrato ser visado pelo Tribunal de Contas.-----

-----Cláusula Quinta-----

----- (Cessão da posição contratual) -----

Um - Autorizar ceder a posição contratual do Município de Oeiras ao parceiro privado, sendo que o adjudicatário nada tem a opor que a posição do Município seja cedida oportunamente a quem vier a suceder na assunção de encargos e demais condições contratuais assumidas. -----

----- Cláusula Sexta-----

----- (Penalidades) -----

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada a penalidade prevista no artigo oitavo, do caderno de encargos.-----

----- Cláusula Sétima-----

----- (Casos fortuitos ou de força maior) -----

Um - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior,



designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.-----

Dois - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação. -----

----- Cláusula Oitava -----

----- (Resolução do contrato) -----

Um - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais. -----

Dois - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços ou falta de reposição da mesma por período superior a trinta dias. -----

----- Cláusula Nona -----

----- (Foro Competente) -----

Para resolução de todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo de Sintra /Cascais. -----

----- Cláusula Décima -----

----- (Prevalência) -----

Um - Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos, programa de concurso e a proposta do adjudicatário; -----

Dois - Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar, o texto do contrato, seguidamente o caderno de encargos e o programa de concurso e, em último lugar, a proposta do adjudicatário. --

----- Cláusula Décima Primeira -----

----- (Casos omissos) -----

Aos casos omissos são aplicáveis as disposições do regime jurídico de realização de despesas

públicas e da contratação pública, designadamente, as constantes do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de Junho. -----

Arquivo: --- -----

a) Cópia da certidão permanente on-line com o código de acesso três mil quinhentos e cinquenta e três-cinco mil duzentos e cinquenta e oito-oito mil setecentos e quarenta e um, subscrita em dois de Julho de dois mil e oito e válida até cinco de Dezembro de dois mil e dez; -----

b) Cópias das deliberações das reuniões de Câmara de nove de Maio de dois mil e sete e de nove de Abril de dois mil e oito, tituladas pelas propostas números quatrocentos e dezanove, de dois mil e sete e trezentos e vinte e oito, de dois mil e oito, respectivamente de abertura de procedimento e de adjudicação; -----

Pela adjudicatária foram exibidos os seguintes documentos: -----

a) Cópia da declaração comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em seis de Novembro de dois mil e nove, pelo Instituto da Segurança Social, I.P.

b) Cópia da certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante a Fazenda Nacional, emitida em oito de Outubro de dois mil e sete, pelo Serviço de Finanças de Lisboa – três.-----

E para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado por ambos os outorgantes, perante mim, Olga Pinto Ferrão, na qualidade de Oficial Público nomeada por despacho número sessenta, de dois mil e nove, de vinte e nove de Outubro, do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, de vinte e sete Setembro de dois mil e sete, nos termos do artigo sexagésimo oitavo, número dois, c), da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, que o fiz escrever e também assino.-----

Oeiras, Paços do Concelho, um de Março de dois mil e dez.” -----

-----II - O **Senhor Vereador Amílcar Campos** referiu que não é obrigatório por lei com a abertura do procedimento se aprovem imediatamente os convites, o programa ou as peças



concurrais, mas é uma boa prática fazê-lo, tal como com a adjudicação é uma boa prática aprovar a minuta do contrato, atalhando o **Senhor Vice-Presidente** que foi esquecimento, observando o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que não se pode esquecer, da maneira como se trabalha só se acerta por acaso, acrescentando que em Abril de dois mil e oito foi adjudicada uma coisa e acaba por se assinar o contrato em Março de dois mil e dez, sem ser de acordo com uma minuta aprovada pelo Órgão que tem competência para autorizar a despesa e para autorizar a abertura do procedimento a realizar, salientando que é um “pé na poça” permanente porque a Câmara não tem uma prática exigente e através do CCP determinar que, com a proposta de adjudicação, automaticamente, deve vir a proposta de aprovação da minuta do contrato e assim já não teria acontecido se assim fosse, porque pode não decorrer da lei, mas é uma prática saudável para prevenir situações deste género, porque o Senhor Presidente acabou por assinar um contrato que não podia ter assinado e para sanar esse vício de forma só há uma maneira, é ratificar, interrompendo o **Senhor Presidente** para dizer que então vai-se ratificar. -----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Jorge Jacob** disse que leu o contrato e como se vai ratificar o mesmo, levantou uma questão e os Serviços entregaram um parecer que o satisfaz, porque não há prazo para a execução do contrato, na medida em que há prazos para a Câmara mas não para o contratado, de modo que ficou esclarecido com o parecer que lhe foi entregue. -- -----

----- III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

8 - APROVAÇÃO EM MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:-----

----- O Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro e de acordo com a deliberação tomada na reunião de dois de Novembro de dois mil e nove (ponto quinze), propôs a aprovação da presente acta em minuta, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes.-----

9 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

-----Às dezoito horas e trinta minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião,
da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pelo Chefe da Divisão
Administrativa.-----

O Presidente,

O Chefe da Divisão Administrativa,